



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 009/2016
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ
PROCESSO LICITATÓRIO - MODALIDADE PREGÃO - TIPO MENOR PREÇO

O CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ – CRF-PR, com sede em Curitiba/PR, na Rua Presidente Rodrigo Otávio, 1296, Bairro Hugo Lange, por meio de sua pregoeira designada pela Portaria nº **1430/2016 de 04/01/2016**, atendendo ao determinado pelas disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, alterado pelos Decretos nº 3.693, de 20/12/2000 e nº 3.784, de 06.04.2001, Decreto nº 5.450, de 31/05/2005, Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, c/c Decreto nº 8.538 de 06/10/2015 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/93 e suas alterações e, ainda, pelo estabelecido no presente edital e seus anexos, torna público que realizará licitação na Modalidade Pregão Eletrônico, tipo MENOR PREÇO.

DATA DE ABERTURA: 17/08/2016.

HORÁRIO: 09h00min.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br

CÓDIGO UASG: 389454

ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA E ANEXOS: a partir da data de divulgação do edital no sítio www.comprasnet.gov.br, até a data e horário da abertura da sessão pública.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada em serviço de hospedagem, alimentação e traslado, em conformidade com a Portaria nº. 100/2011/MTur de 16/06/2011 e seus anexos, visando a atender à demanda destinada à acomodação de palestrantes, conferencistas, facilitadores e outros que venham a convite do Conselho Regional de Farmácia do Paraná, para atender às necessidades na realização do **III Encontro Paranaense de Deontologia Farmacêutica e Encontro das Comissões de Ética do CRF-PR** que será realizado nos dias 26 e 27 de agosto de 2016 respectivamente, na sede do CRF-PR, localizado na Rua Presidente Rodrigo Otávio, 1296 – Hugo Lange, Curitiba-PR, conforme as disposições deste edital e de seus anexos.

2. CONDIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.

2.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor do CRF-PR, denominado pregoeiro, mediante inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo constante da página eletrônica.

2.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3. CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Em atendimento ao previsto no inciso I do art. 48 da LC 147/14 e art. 6º do Decreto nº 8538/15, somente poderão participar desta licitação pessoas jurídicas enquadradas como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual (MEI) que explorem ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atendam às condições exigidas neste edital e seus anexos.

3.2. **Para fins de participação no certame e para usufruir do tratamento favorecido estabelecido na Lei Complementar Federal nº 123/2006, a empresa deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME), Microempreendedor individual (MEI) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), conforme previsto no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.**



3.3. Não poderão participar os interessados que se encontrem com falência decretada, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionem no País, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com o CRF-PR.

3.4. Não poderão participar da licitação sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

3.5. Não poderá participar da licitação consórcio de empresa, qualquer de seja sua forma de constituição ou quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666 de 1993.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, o licitante deverá estar devidamente cadastrado no Comprasnet (www.comprasnet.gov.br), bem como no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.

4.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no Portal de Compras do Governo Federal - Comprasnet, no *site* <http://www.comprasnet.gov.br>.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.6. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.7. Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5. DA IMPUGNAÇÃO E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

5.1. Qualquer cidadão até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública poderá **solicitar a impugnação** do ato convocatório do pregão, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, pelo endereço www.comprasnet.gov.br ou pelo e-mail licitacao@crf-pr.org.br (art. 18 do Dec. 5.450/2005).

5.2. Conforme art. 19 do Dec. 5450/2005, os **pedidos de esclarecimentos** referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, pelo endereço licitacao@crf-pr.org.br.

5.3. O pregoeiro decidirá sobre a impugnação e responderá os esclarecimentos solicitados no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

6. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá encaminhar a proposta inicial de preços exclusivamente por meio do sistema comprasnet, observados data e horário limite estabelecido.

6.2. O licitante registrará no sistema, declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste edital, antes de registrar sua proposta, sujeitando-se a sanções legais na hipótese de declaração falsa.



6.3. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data da aceitação.

6.4. No preço proposto deverão estar incluídos todos os custos relacionados com salários, encargos trabalhistas, previdenciários e sociais, tributos e contribuições, e todos os demais impostos, taxas e outras despesas decorrentes de exigência legal ou das condições para realização do serviço.

6.5. A simples participação neste certame implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste pregão, bem como que, no caso de omissão na proposta considerar-se-á que as suas especificações serão as que constam do anexo I (Termo de Referência).

7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. A partir da data e do horário previsto neste edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do pregoeiro, no endereço eletrônico: www.comprasnet.gov.br.

7.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

7.3. A comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

8. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

8.2. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

8.3. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico para os itens ou lotes abertos.

9. DA ETAPA DE LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

9.2. **Os lances deverão ser ofertados pelo MENOR VALOR GLOBAL, observando o valor máximo admissível previsto no item 18.10.**

9.3. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

9.4. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for registrado primeiro.

9.5. Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lances cujo valor for considerado inexequível.

9.6. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva de pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízo dos atos realizados, retornando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame;

9.7. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

9.8. Por decisão do pregoeiro, o sistema encaminhará aviso de encerramento aleatório, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.9. Após o encerramento da etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

9.10. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



9.11. Fica estabelecida prioridade de contratação às microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, conforme previsto no art 9º, inciso II e suas alíneas, do Decreto nº 8.538/2015. Caso a proposta seja igual ou até cinco por cento superior ao menor preço, podem as empresas, dentro do prazo determinado pelo pregoeiro, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, sob pena de preclusão.

9.11.1. Entende-se por empresas sediadas localmente aquelas que estejam localizadas em Curitiba ou região metropolitana, e empresas regionais aquelas situadas no estado do Paraná.

9.12. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente, na forma dos itens 9.11 e 9.11.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do § 2º do art. 44 da LC 123/06, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

9.13. Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos subitens 9.11 e 9.11.1, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.14. O disposto no item 9.13 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente.

9.15. Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, o pregoeiro solicitará ao licitante para que no prazo máximo de 20 minutos a contar da solicitação, envie a proposta adequada ao lance vencedor, por meio do sistema. Após, examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.

9.15.1. Após o encaminhamento da proposta pela licitante, o pregoeiro suspenderá o procedimento licitatório, em campo próprio do sistema comprasnet, **por até 24 (vinte e quatro) horas**, para vistoria ao local onde ocorrerá o evento e análise quanto ao cumprimento dos requisitos técnicos exigidos no termo de referência;

9.15.2. Verificada a compatibilidade do preço da proposta classificada em primeiro lugar e o atendimento aos requisitos previstos no termo de referência, mediante emissão de parecer quanto à vistoria, a licitante será declarada vencedora.

9.16. Na proposta, além do valor total, a licitante também deverá informar de forma discriminada todos os custos individuais para os serviços solicitados, conforme ANEXO II do edital.

9.17. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a possível contratação.

9.18. No julgamento das propostas será considerada vencedora a proposta com o MENOR VALOR GLOBAL apresentada.

9.19. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou a empresa não atender aos requisitos técnicos, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o edital.

9.20. Não serão aceitas propostas de empresas que estejam incluídas, como inidôneas, em um dos cadastros abaixo:

9.20.1. Cadastro Nacional de empresas inidôneas e suspensas – CEIS da Controladoria Geral da União (<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis/>);

9.20.2. Cadastro de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União (<http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/responsabilizacao/arquivos/Inidoneos.html>).

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos exigidos nesse item deverão ser indexados via sistema Comprasnet ou em virtude de qualquer ocorrência que impeça a realização do procedimento poderão ser encaminhados por e-mail (licitacao@crf-pr.org.br), devidamente digitalizado em arquivo do tipo PDF, ou ainda via FAX para o telefone (41) 3363-0234 Ramal 9509, **no prazo máximo de 02 (duas) horas** a contar da solicitação do pregoeiro, devendo posteriormente ser entregue no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir do encerramento da disputa, no seguinte endereço: **Rua Presidente Rodrigo Otávio, 1296, Hugo Lange, Curitiba - PR CEP: 80.040-452**, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou cópia não autenticada, desde que seja exibido o original para conferência do pregoeiro, ou ainda publicação



em órgão de imprensa oficial, sob pena de ser considerada desistente, oportunidade em que será convocado o segundo colocado, sem prejuízo das sanções estabelecidas neste edital.

10.1.1. Serão aceitos, também, como originais, os documentos em formato tipo PDF assinados digitalmente, mediante certificação digital.

10.2. Das licitantes serão exigidos:

a) Contrato social e alterações posteriores devidamente registradas no órgão competente, ou alteração consolidada ou certidão simplificada expedida pela Junta Comercial. Quando se tratar de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, apresentar estatuto acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, devidamente registrados e atualizados;

a1) No caso de Microempreendedor Individual a empresa deverá apresentar o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual;

a2) A licitante, para o cumprimento dos itens acima, deverá apresentar declaração firmada por seu representante legal de inexistência de alterações posteriores referentes aos documentos apresentados, sob pena de inabilitação;

a3) Ficam dispensadas da exigência do item “a”, assim como do subitem “a2”, as empresas que apresentarem certidão simplificada expedida pela respectiva Junta Comercial com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias até a data do certame.

b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado do comprovante da diretoria em exercício;

c) Prova válida de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

d) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativa à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;

e) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Inciso incluído pela Lei nº 12.440, de 2011);

g) Declaração, segundo modelo constante do anexo IV, sob as penas da Lei, de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que também não emprega menor de dezesseis anos, conforme disposto no inciso V, do artigo 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854/99;

h) Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante prestou ou está prestando serviços pertinentes e compatíveis com o objeto da presente licitação;

i) Certidão de Situação do Fornecedor, de forma detalhada, emitida pelo SICAF para verificação da validade dos documentos de Regularidade Fiscal Federal (Receita Federal, FGTS e INSS), Regularidade Fiscal Estadual/Municipal (Receita Estadual e Receita Municipal) e Qualificação Econômico-Financeira (Índices de Solvência Geral, Liquidez Geral e Liquidez Corrente e Patrimônio Líquido) nos termos dos artigos 32, §§ 2º e 3º da Lei 8.666/93;

i1) Caso esses documentos estejam com sua validade expirada perante o SICAF, fica a licitante obrigada ao encaminhamento dos documentos válidos.

10.3. Havendo irregularidade na documentação apresentada ou apresentação em desacordo com o estabelecido neste edital, a licitante será inabilitada, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

10.4. As microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida neste edital incluindo a regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, nos moldes do artigo 43º da Lei Complementar nº 123/2006 e do artigo 4º do Decreto nº 8538/15.

10.5. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério deste órgão, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.



10.5.1. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art.81 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, sendo facultado a este órgão convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

10.6. Caso algum dos documentos de habilitação apresentados na licitação esteja vencido, o Pregoeiro poderá, conforme lhe faculta o § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, efetuar consulta ao órgão responsável pela emissão do documento para verificação de sua regularidade.

10.7. O não envio da documentação nos prazos previstos nos itens anteriores importará na inabilitação da licitante. Não será admitida, em hipótese alguma, complementação ou retificação posterior da documentação apresentada.

10.8. Se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

10.9. Ao final da sessão, na hipótese de inexistência de recursos, será feita, pelo pregoeiro, a adjudicação do objeto da licitação à licitante declarada vencedora, com posterior encaminhamento dos autos ao presidente do CRF-PR, para homologação e decisão quanto à contratação.

10.10. Para fins de validação de documento que não constem prazo de validade, será considerado válido aquele com a **data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias**, com exceção daquele referente ao item 10.2, letras “a” e “h”.

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Declarada a proposta vencedora, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, em campo próprio do sistema, intenção de recorrer, sendo, em caso de deferimento, lhe concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso.

11.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará preclusão do direito recursal.

11.3. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

11.4. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5. As demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr da apresentação das razões do(s) recorrente(s), sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.6. Os recursos serão dirigidos ao pregoeiro do CRF-PR, o qual poderá reconsiderar sua decisão em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período não reconsiderando, encaminhá-los à autoridade superior, devidamente informado, para apreciação e decisão no mesmo prazo.

11.7. Declarada a vencedora da licitação, não havendo manifestação das demais licitantes quanto à intenção de interpor recurso, ou julgados os que interpostos forem, será o procedimento submetido ao Presidente do CRF-PR para homologação.

11.8. A ata será disponibilizada na internet para acesso livre de todos os licitantes e da sociedade.

12. DA CONTRATAÇÃO

12.1. As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas por instrumento específico de Nota de Empenho, do qual fará parte o edital incluídos os anexos, e a respectiva proposta, celebrado entre o CRF-PR, a ser denominada CONTRATANTE, e a licitante vencedora, a ser denominada CONTRATADA, que observará os termos das Leis n.º 8.666/93 e Lei n.º 10.520/02 e suas alterações, do edital e demais normas pertinentes.

12.2. O CRF-PR fará a solicitação do serviço de hospedagem à CONTRATADA, através da expedição Ordem de Execução dos Serviços, no mínimo com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, oportunidade esta em que o adjudicatário também será convocado por escrito, para a retirada da nota de empenho.



12.3. A solicitação será encaminhada com a lista com os nomes dos hóspedes, número do CPF, data de check in e data de check out e a necessidade ou não da refeição (almoço e/ou jantar). Qualquer alteração dos nomes dos hóspedes poderá ser feita antes do check in.

12.4. Se a licitante vencedora não apresentar a documentação exigida, ou recusar-se sem justificativa, em retirar a Nota de Empenho, é facultado ao CRF-PR convocar as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

13. DO PREÇO

13.1. O objeto da presente licitação será contratado por menor preço global, sendo o preço apresentado na proposta da licitante vencedora fixo e irrevogável.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente procedimento correrão à conta do elemento 6.2.2.1.1.01.04.04.005.017 – Exposições, Congressos, Conferências e Eventos Similares.

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será à vista, considerando-se como tal o efetuado até o 7º (sétimo) dia útil contado da entrega da nota fiscal devidamente certificada junto ao departamento financeiro.

15.2. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços e apresentada até o último dia útil do mês de referência.

15.3. Caso a empresa vencedora não seja optante pelo sistema simplificado de impostos (SIMPLES) estará, na oportunidade do pagamento, sujeita à retenção na fonte dos valores correspondentes ao Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o lucro e as contribuições à COFINS e ao PIS/PASEP, nos termos do artigo 34 da Lei 10.833/2003 e da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1540/2015.

15.4. A critério da CONTRATANTE, poderá ser utilizado o valor contratualmente devido para cobrir dívidas de responsabilidade da CONTRATADA, para com a CONTRATANTE, relativas a multas que lhes tenham sido aplicadas em decorrência da irregular execução contratual ou para ressarcimento de eventuais danos ocasionados e assumidos pela CONTRATADA.

15.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, por culpa da CONTRATANTE, o valor devido gera à CONTRATADA, o direito à atualização financeira desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento, tendo como base a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional, *pro rata tempore-die*.

16. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

16.1. DA CONTRATANTE:

- a) Designar e informar à CONTRATADA o nome do responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços, para fins de estabelecer os contatos necessários;
- b) Cumprir as condições de pagamento estabelecidas neste instrumento.

16.2. DA CONTRATADA:

- a) Prestar os serviços com eficiência, competência, diligência, cumprindo o estabelecido no objeto da contratação;
- b) Cumprir fielmente os prazos, assim como outras obrigações;
- c) Comunicar, por escrito, ao CRF-PR quaisquer problemas relacionados à execução dos serviços;
- d) Responsabilizar-se pelo custo dos meios necessários à execução dos serviços, utilizando sua infraestrutura própria;
- e) Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões de fornecimento que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da contratação;



f) Cumprir fielmente todas as obrigações previstas e decorrentes do edital de licitação concernente ao procedimento licitatório;

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS APLICÁVEIS POR INADIMPLEMENTO

17.1. Em caso de inexecução dos serviços, erro de execução, execução imperfeita, mora na execução ou não veracidade das informações prestadas, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes sanções administrativas, garantida prévia defesa:

I – Advertência;

II – Multas:

a) De 1% (um por cento) sobre o valor total contratado, por dia de atraso na execução do serviço, limitados a 10% (dez por cento) do mesmo valor;

b) De 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, por infração a qualquer cláusula ou condição do edital, não especificada na alínea “a” deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;

c) De 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em retirar a respectiva nota de empenho nos prazos e condições estabelecidas neste edital;

III – Impedimento de licitar e contratar com a União e, se for o caso, descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais, a licitante que:

a) Convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não retirar a nota de empenho;

b) Deixar de entregar documentação exigida no edital;

c) Apresentar documentação falsa;

d) Ensejar o retardamento da execução do objeto;

e) Não mantiver a proposta dentro do prazo de validade;

f) Falhar ou fraudar na execução dos serviços;

g) Comportar-se de modo inidôneo;

h) Fizer declaração falsa;

i) Cometer fraude fiscal.

17.2. No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

17.3. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a CONTRATADA fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

17.4. As sanções previstas nos incisos I e III do subitem 17.1, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II e serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Ao Presidente do CRF-PR compete anular este pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

18.2. A anulação do pregão induz ao cancelamento da NOTA DE EMPENHO.

18.3. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualidade e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública deste pregão e desde que não fique comprometido o interesse do órgão promotor do certame, bem como a finalidade e a segurança da futura contratação.



CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA - CFF

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ – CRF-PR

RUA PRESIDENTE RODRIGO OTAVIO, 1296- HUGO LANGE - CEP: 80040-452 - CURITIBA – PR

Fones/Fax: (41)3363-0234

e-mail: crfpr@crf-pr.org.br

sítio: www.crf-pr.org.br

18.5. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da VENCEDORA de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento da contratação.

18.6. É facultado ao pregoeiro, à autoridade superior ou outra por ele designada, em qualquer fase deste pregão, promover diligência destinada a verificar, esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

18.7. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

18.8. Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste pregão.

18.9. O órgão promotor do certame não disponibilizará suas instalações, bem como equipamentos ou conexões com o provedor do sistema eletrônico, às licitantes interessadas em participar deste pregão.

18.10. O valor máximo previsto para o presente procedimento, em conformidade com o disposto no artigo 27, inciso XXI, da Constituição do Estado do Paraná será de **R\$ 24.872,93 (vinte e quatro mil, oitocentos e setenta e dois reais e noventa e três centavos)**.

18.11. Os casos não previstos neste edital serão decididos pelo pregoeiro.

18.12. São partes integrantes deste edital:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II - Proposta Comercial;

Anexo III – Minuta de Nota de Empenho;

Anexo IV - Declaração que não emprega menor de 18 anos;

Anexo V – Planilha de Composição de Custos.

Curitiba, 02 de agosto de 2016.

Arnaldo Zubioli
Autoridade Competente



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Tem por finalidade a contratação de empresa especializada em serviço de hospedagem, alimentação e locação de auditório em Hotel, com categoria no mínimo 3 estrelas, em conformidade com a Portaria nº. 100/2011/MTur de 16/06/2011 e seus anexos, visando atender a demanda destinada à acomodação de palestrantes, conferencistas, facilitadores e outros que venham a convite deste Conselho, para atender às necessidades deste Órgão nos dias 26 e 27 de agosto de 2016, através de Licitação, conforme as disposições deste Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada em serviço de hospedagem, alimentação e traslado, em conformidade com a Portaria nº. 100/2011/MTur de 16/06/2011 e seus anexos, visando a atender à demanda destinada à acomodação de palestrantes, conferencistas, facilitadores e outros que venham a convite do Conselho Regional de Farmácia do Paraná, para atender às necessidades na realização do **III Encontro Paranaense de Deontologia Farmacêutica e Encontro das Comissões de Ética do CRF-PR** que será realizado nos dias 26 e 27 de agosto de 2016 respectivamente, na sede do CRF-PR, localizado na Rua Presidente Rodrigo Otávio, 1296 – Hugo Lange, Curitiba-PR, conforme as disposições deste edital e de seus anexos.

2. MOTIVAÇÃO / RESULTADOS ESPERADOS

2.1. A profissão farmacêutica evolui a cada ano, e novos desafios são colocados a frente dos profissionais. Sendo assim se faz necessário um espaço para discussão sobre os objetivos e as dificuldades no ensino da disciplina de Deontologia e Legislação Farmacêutica, área em que o conhecimento é fundamental diante das exigências atuais do exercício da profissão farmacêutica.

2.2. Objetivo do III Encontro Paranaense de Deontologia Farmacêutica é propor uma reflexão sobre as práticas pedagógicas (teoria e prática) dos aspectos multi, inter e transdisciplinar éticos, deontológicos e legais à profissão farmacêutica, além de discutir o processo ético deontológico e sanitário da arte de curar e cuidar na formação do farmacêutico.

2.3. O sucesso dos eventos deverá contribuir efetivamente para o engrandecimento técnico e profissional de todos os farmacêuticos.

3. CARACTERÍSTICAS DO OBJETO:

3.1. Descrição dos Serviços

3.1.1. Hospedagem

3.1.1.1. APARTAMENTO TIPO DUPLO

3.1.1.1.1. 26 (vinte e seis) unidades de apartamentos tipo duplo, sem carpet, sem mofo, sem rachaduras, com pintura em bom estado, em quantidades suficientes para acomodar os 52 hóspedes, disponibilizando frigobar, ar condicionado Split ou central, TV do tipo LCD, banheiro com chuveiro tipo ducha com aquecimento central em cada quarto, serviços de hotelaria 24 horas.

3.1.1.1.2. As diárias dos 26 (vinte e seis) apartamentos duplos irão compreender o check-in a partir das 06h00 horas do dia 26/08/2016 e check-out até as 09h00 do dia 27/08/2016, **SEM POSSIBILIDADE DE NO SHOW.**

3.1.1.1.3. No mínimo 2 (dois) apartamentos com banheiros adaptados para portadores de deficiência, conforme Leis Federais nos 10.048/00 e 10.098/00 e Decreto nº 5.296/04.

3.1.1.1.4. Fornecimento de duas garrafas de água mineral de 500 ml para cada hóspede, sem custo adicional.

3.1.1.1.5. Disponer, em suas instalações, de local apropriado para a guarda com segurança de objetos de valor de posse dos hóspedes;

3.1.1.1.6. Organizar os hóspedes nos quartos duplos garantindo que todos estejam acomodados.



3.1.1.1.7. Incluso café da manhã, com um Cardápio mínimo: chá, café, leite, 2 (dois) tipos de sucos naturais, 2 (dois) tipos de bolachas doces, 2 (dois) tipos de bolachas salgadas, 3 (três) tipos de pães, manteiga, margarina, presunto, queijo branco, queijo prato, 2 (dois) tipos de geleias e água mineral. Deverá estar disponível das 06:00 horas até às 09:00 horas. O refeitório deverá ter capacidade para atender até 80 pessoas simultaneamente.

3.1.1.2 INFRAESTRUTURA DO HOTEL

3.2.1.2.1. O hotel deverá localizar-se num raio de 5 km (cinco quilômetros) da sede do CRF-PR, localizada à Rua Presidente Rodrigo Otávio, n° 1296, Hugo Lange, Curitiba, Paraná.

3.2.1.2.2. O hotel deverá ter instalações adequadas para portadores de deficiência, com acesso a todas as dependências comuns do hotel, sem distinção (entrada principal, salas de reuniões, restaurante, eventos, no mínimo 2 (dois) apartamentos com banheiros adaptados, 1 (um) banheiro adaptado perto aos locais de circulação comum, inclusive próximo ao restaurante, conforme Leis Federais nos 10.048/00 e 10.098/00 e Decreto n° 5.296/04.

3.2.1.2.3. O hotel deverá oferecer todos os serviços no mesmo local, e em hipótese alguma cobrar taxa de serviços e/ou taxa de turismo.

3.2.1.2.4. O hotel deverá ter no mínimo 1 (um) elevador para atender aos hóspedes e em especial as pessoas com necessidades especiais.

3.2.1.2.5. Fornecer conexão à internet wi-fi aos hóspedes sem nenhum custo adicional.

3.2.1.2.6. Dispor de serviço de mensageiro.

3.2.1.2.7. Ter serviço de quarto (*room service*) 24 horas, lavanderia e passadoria de roupa.

3.2.1.2.8. O estabelecimento deverá permitir à contratante livre acesso a todas as dependências sociais, inclusive a cozinha para verificação das condições sanitárias do local.

3.2.1.2.9. Os sanitários deverão ter papel higiênico de boa qualidade, sabonete e toalhas limpas em quantidades suficientes.

3.2.1.2.10. O hóspede não poderá ser remanejado para outro hotel sem a prévia anuência da CRF-PR. Em havendo a necessidade de hospedagem em outro hotel, o estabelecimento deverá ter no mínimo o mesmo padrão de infraestrutura e qualidade de serviços, como a mesma tarifa contratada.

3.2.1.2.11. Prestar os primeiros socorros, em casos de emergência, e providenciar cadeira de rodas ou maca e remoção através de meio de transporte rápido e adequado, das pessoas envolvidas, até um centro público de atendimento médico ou outro local de melhor conveniência médica;

3.2.1.2.12. Não fará parte dos serviços contratados, as despesas que os hóspedes realizarem com frigobar, telefonemas, garagem, bebidas alcoólicas, lavanderia e outras não prevista no edital.

3.2.1.2.13. Para cumprimento dos itens solicitados será realizada visita técnica em até 24 (vinte e quatro) horas após a definição da empresa licitada.

3.1.2. Refeições/Refeitório do Hotel: Jantar.

3.1.2.1. **QUANTIDADE:** JANTAR: 52 (cinquenta e dois) jantares para noite do dia 26 de agosto de 2016 no mesmo hotel em que os participantes ficarão hospedados.

3.1.2.2. Cardápio mínimo do jantar: 1 (um) tipo de carne vermelha, 1 (um) tipo de carne branca, 3 (cinco) tipos de saladas, arroz, feijão, 2 (dois) tipos de massas, 2 (dois) tipos de sobremesas doces, 2 (dois) tipos de frutas, 1 (uma) garrafa de água mineral, suco ou refrigerante, conforme solicitado.

3.1.2.3. Horário: O jantar deverá ser servido no período compreendido entre 19:00 e 22:00 horas.

3.1.2.4. O refeitório do Hotel deverá ter capacidade para atender até 80 pessoas simultaneamente.

3.1.3. Refeições/Refeitório do Hotel: Almoço.

3.1.3.1. **QUANTIDADE:** ALMOÇO: 60 (sessenta) almoços para o dia 26 de agosto de 2016 e 60 (sessenta) almoços para o dia 27 de agosto de 2016 no mesmo hotel em que os participantes ficarão hospedados.

3.1.3.2. Cardápio mínimo do almoço: 1 (um) tipo de carne vermelha, 1 (um) tipo de carne branca, 3 (cinco) tipos de saladas, arroz, feijão, 2 (dois) tipos de massas, 2 (dois) tipos de sobremesas doces, 2 (dois) tipos de frutas, 1 (uma) garrafa de água mineral, suco ou refrigerante, conforme solicitado.

3.1.3.3. Horário: O almoço será realizado durante o período compreendido entre 11:00 e 14:00 horas.

3.1.3.4. O refeitório do Hotel deverá ter capacidade para atender até 80 pessoas simultaneamente.

3.1.4. Serviço de Translado.

3.1.4.1. Serviço de traslado executivo em empresa com experiência em eventos, com motoristas treinados para oferecer toda qualidade e segurança necessárias para levar os hóspedes e participantes nos seguintes percursos:

26/08:

- **Chegada** – Rodoviária ou aeroporto, por volta das 06h00, até o hotel que ficarão hospedados para que os participantes possam tomar café da manhã. No caso dos participantes que irão chegar por volta das 08h00, o transfer deverá trazê-los diretamente para sede do CRF-PR localizado na Rua Presidente Rodrigo Otávio, 1296 – Hugo Langué. **QUANTIDADE:** Até 52 (Cinquenta e dois) participantes.
- **Ida para o evento** – Saída do Hotel (por volta das 08h00) até o local do evento, visto que, será realizado na sede do CRF-PR, localizado na Rua Presidente Rodrigo Otávio, 1296 – Hugo Langué. **QUANTIDADE:** Até 52 (Cinquenta e dois) participantes.
- **Almoço** – Ida até o hotel que os participantes ficarão hospedados para o almoço e retorno para o evento. Horário: Entre 11h00 às 14h00 – à definir. **QUANTIDADE:** Até 60 (sessenta) participantes.
- **Volta do Evento** – Saída do local do evento até o hotel. **QUANTIDADE:** Até 52 (Cinquenta e dois) participantes.

27/08:

- **Ida para o evento** – Saída do Hotel (por volta das 08h00) até o local do evento. **QUANTIDADE:** Até 52 (Cinquenta e dois) participantes.
- **Almoço** - Ida até o hotel que os participantes ficarão hospedados para o almoço e retorno para o evento. Horário: Entre 11h00 às 14h00 – à definir. **QUANTIDADE:** Até 60 (sessenta) participantes.
- **Retorno** – Saída do local do evento (por volta das 18h00) até rodoviária ou aeroporto. **QUANTIDADE:** Até 52 (Cinquenta e dois) participantes.

3.1.4.2. A quantidade exata de pessoas a ser transportada nos horários de chegada e saída do aeroporto/rodoviária, mencionados no item 3.1.4.1, será informada no momento de entrega da ordem de execução à CONTRATADA.

3.1.4.3. Os veículos deverão ser novos, devem atender às regulamentações de locação e aluguel de vans, e passar por rigorosos processos de manutenção preventiva e higienização a cada serviço realizado.

3.1.4.4. O motorista deverá apresentar carteira de habilitação tipo D.

4. Disposições Gerais

4.1. DIÁRIAS COMPREENDE:

4.1.1. As hospedagens terão como base a quantidade de diárias contratadas, sendo que cada diária se refere ao período de 24 (vinte e quatro) horas.

4.1.2. Sendo check in a partir das 06h00 horas do dia 26/08/2016 e check-out até às 09h00 do dia 27/08/2016, **SEM POSSIBILIDADE DE NO SHOW.**



CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA - CFF

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ – CRF-PR

RUA PRESIDENTE RODRIGO OTAVIO, 1296- HUGO LANGE - CEP: 80040-452 - CURITIBA – PR

Fones/Fax: (41)3363-0234

e-mail: crfpr@crf-pr.org.br

sítio: www.crf-pr.org.br

4.1.3. O faturamento dos serviços prestados será apresentado ao CRF-PR pela empresa contratada, observando-se o preço e demais condições estabelecidas como parte dos serviços contratados.

4.2. Zelar pela segurança dos objetos pessoais dos hóspedes oriundos deste termo de referência, deixados nas dependências do hotel, quando de sua estada, observadas as normas de segurança e hospedagem do hotel quanto à guarda de objetos e pertences de valor.

4.3. Não fará parte dos serviços, as despesas que os hóspedes realizarem com frigobar, telefonemas, garagem, bebidas alcoólicas, lavanderia e outras não previstas neste termo, que por ventura forem prestados pelo estabelecimento aos hóspedes indicados pelo CRF-PR, deverão correr à custa exclusivamente pelo hóspede.

4.4. É responsabilidade da empresa contratada providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar inclusos no preço proposto todos os custos tais como materiais, alimentação, equipamentos, insumos, taxas, tarifas, frete, seguro, mão de obra, tributos e encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita execução dos serviços deste termo de referência;

4.5. A proposta de preço é válida pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.6. Da Forma de Prestação do Serviço:

4.6.1. O CRF-PR fará a solicitação do serviço de hospedagem para empresa, no mínimo com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência para solicitação dos apartamentos. A solicitação será encaminhada com a lista com os nomes dos hóspedes, número do CPF, data de check in e data de check out e a necessidade ou não da refeição (almoço e/ou jantar). Qualquer alteração dos nomes dos hóspedes poderá ser feita antes do check in.

4.6.2. Não poderá existir NO SHOW nas reservas efetuadas.

4.7. Pagamento:

4.7.1. Será efetuado pela contratante, sete dias úteis após o recebimento da nota fiscal.

5. NOME DO RESPONSÁVEL E CARGO

Maria Augusta Marcondes – Assessora de Eventos.

E-mail ac@crf-pr.org.br / telefone (41) 3090-9557.

Curitiba, 20 de julho de 2016.

De acordo.

Walkir L V Costa
Setor de Compras

Farm. Maria Augusta Marcondes
Assessora de Eventos



ANEXO II

PROPOSTA COMERCIAL

I – Identificação da empresa emitente			
Nome da empresa			
Número do CNPJ			
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Hospedagens (diárias estendidas*)	26		
Almoços	120		
Jantares	52		
Translados (diárias)	2		
TOTAL GERAL			

*Referentes a vinte e sete horas.

Declaramos que no preço acima estão inclusos todos os custos necessários para a prestação dos serviços objeto da licitação, bem como todos os impostos e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, assim como taxas, fretes, seguros e quaisquer outros elementos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

_____, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do Representante Legal

Observação: Esta planilha é exemplificativa e não exaustiva, podendo cada licitante fazer as adaptações pertinentes a sua própria planilha, para que dela constem todos os custos considerados na composição de seu preço. Entretanto, **solicitamos que seja seguido modelo proposto**, de forma a padronizar a apresentação e facilitar o julgamento da proposta.



ANEXO III

MINUTA DE NOTA DE EMPENHO

CRF/PR 76.693.886/0001-68	Nota de empenho	Exercício 2016
Número: Tipo:	Processo:	Emissão:
Elemento de Despesa: 6.2.2.1.1.01.04.04.005.017 – Exposições, Congressos, Conferências e Eventos Similares.		
Favorecido Nome: Endereço: Bairro: Cidade/UF: Curitiba / PR CEP: Telefone: Inscrição Municipal: RG/Inscrição Estadual:		
CNPJ/CPF	Dados Bancários Banco: Agência: Conta:	
Valor:		
Histórico:		
Saldo Anterior 0,00	Valor da Nota 0,00	Saldo Atual 0,00

Curitiba-PR,



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

(NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sediada na (endereço completo) neste ato representada por seu representante legal, Sr(a)._____, inscrito no CPF/MF sob o nº_____, DECLARA, sob as penas da Lei, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, conforme disposto no inciso V, do artigo 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854/99.

Curitiba, _____ de _____ de 2016.

Representante Legal



CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA - CFF

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ – CRF-PR

RUA PRESIDENTE RODRIGO OTAVIO, 1296- HUGO LANGE - CEP: 80040-452 - CURITIBA – PR

Fones/Fax: (41)3363-0234

e-mail: crfpr@crf-pr.org.br

sítio: www.crf-pr.org.br

ANEXO V

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

 CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ									
21.07.2016 - Licitação para contratação de Serviços Hoteleiros III Encontro Paranaense de Deontologia Farmacêutica		EMPRESA A		EMPRESA B		EMPRESA C			
QTD	DESCRIÇÃO	Unitário	Total	Unitário	Total	Unitário	Total	Média Unitária	Média Total
26	Hospedagens (diárias estendidas*)	R\$ 210,00	R\$ 5.460,00	R\$ 209,00	R\$ 5.434,00	R\$ 265,00	R\$ 6.890,00	R\$ 228,00	R\$ 5.928,00
120	Almoços	R\$ 78,90	R\$ 9.468,00	R\$ 63,00	R\$ 7.560,00	R\$ 80,00	R\$ 9.600,00	R\$ 73,97	R\$ 8.876,00
52	Jantares	R\$ 78,90	R\$ 4.102,80	R\$ 63,00	R\$ 3.276,00	R\$ 69,00	R\$ 3.588,00	R\$ 70,30	R\$ 3.655,60
2	Diárias de Translado	R\$ 4.680,00	R\$ 9.360,00	R\$ 2.940,00	R\$ 5.880,00	R\$ 2.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 3.206,67	R\$ 6.413,33
VALOR TOTAL		R\$	28.390,80	R\$	22.150,00	R\$	24.078,00		R\$ 24.872,93
Valor Total			R\$ 24.872,93						
* referentes a vinte e sete horas									